



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. Informações Básicas

1.1. Processo Digital nº 1360/2026

1.2. Objeto

Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem do website da Prefeitura Municipal, do portal transparência, e website do Departamento de Turismo, com webmail, com manutenção e suporte técnico, e remodelação do layout dos websites.

2. Designação da Equipe de Elaboração

Servidor: Alan Luiz Griebeler

Designação: Secretaria Municipal de Administração e Finanças

3. Fundamentação Legal

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.
- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.





- **Lei Municipal nº 1229/2025** - Institui a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e institui o “**Programa Compras Municipais**”, para fins de operacionalização da referida Política Municipal.
- **Decreto Municipal nº 98/2025** - Regulamenta o “Programa Compras Municipais”, referente a Política Municipal de Compras Públicas do Município de Sulina e dispõe sobre a elaboração e divulgação do Plano de Contratações Anual, para fins de concretização do referido programa.

4. Descrição da Necessidade e Justificativa

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para manutenção da hospedagem, suporte, atualização e modernização do website institucional do Município, incluindo o Portal da Transparência, ferramenta essencial para o atendimento às normas de publicidade e acesso à informação.

A manutenção contínua do website e do Portal da Transparência é imprescindível para garantir o pleno funcionamento dos serviços digitais ofertados à população, assegurando a disponibilidade das informações públicas, a integridade dos dados, a segurança da informação e o cumprimento das exigências legais, especialmente aquelas relacionadas à transparência ativa previstas na legislação vigente.

Além disso, a atualização do layout e da estrutura do website justifica-se pela necessidade de modernização da interface, melhoria da experiência do usuário, adequação às boas práticas de acessibilidade digital e otimização do acesso por dispositivos móveis, ampliando o alcance e a efetividade da comunicação institucional.

A evolução constante das tecnologias digitais e das exigências dos órgãos de controle impõe a necessidade de manutenção técnica especializada, com atualizações periódicas, correções de falhas, suporte contínuo e adequações às normas aplicáveis, sob pena de prejuízo à transparência pública e à prestação eficiente dos serviços à população.

No que se refere à adoção de critério de regionalidade, justifica-se a limitação da participação a empresas sediadas na região Sudoeste do Estado do Paraná, tendo





em vista a existência de, no mínimo, três fornecedores aptos e competitivos, atendendo ao disposto no **Decreto Municipal nº 098/2025**.

A adoção da regionalização mostra-se vantajosa para a Administração Pública, uma vez que proporciona:

- I – maior agilidade no atendimento técnico, especialmente em situações que demandem intervenção imediata ou suporte presencial;
- II – facilidade de comunicação e alinhamento entre a equipe técnica da contratada e os servidores municipais responsáveis pela gestão do contrato;
- III – redução de custos indiretos relacionados a deslocamentos e logística;
- IV – melhor acompanhamento da execução contratual, possibilitando maior controle e fiscalização por parte da Administração;
- V – fortalecimento da economia local e regional, em consonância com a Política Municipal de Compras Públicas instituída pela **Lei nº 1229/2025**.

Destaca-se que a adoção do critério regional encontra respaldo na legislação municipal vigente, desde que não comprometa a competitividade do certame, considerando a existência de número mínimo de fornecedores aptos na região, bem como a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

Por fim, a presente contratação está alinhada ao interesse público, à eficiência administrativa e às diretrizes de desenvolvimento econômico local, atendendo aos princípios da legalidade, economicidade e vantajosidade previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

5. Áreas Requisitantes

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Administração e Finanças	Gelso Roberto Chioquetta

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

6.1. Quais os padrões mínimos de qualidade?

Para atendimento adequado da necessidade administrativa, faz-se necessária a definição de padrões mínimos de qualidade para a contratação de serviços de





manutenção, hospedagem e modernização do website institucional e do Portal da Transparência do Município.

Tais padrões visam assegurar a continuidade, a segurança, a confiabilidade e a eficiência dos serviços digitais prestados à população, bem como o cumprimento das obrigações legais relacionadas à transparência pública e ao acesso à informação.

Nesse sentido, estabelecem-se como requisitos mínimos de qualidade:

I – **Disponibilidade e desempenho:** garantia de funcionamento contínuo do website e do Portal da Transparência, com elevado nível de disponibilidade, evitando indisponibilidades que comprometam o acesso às informações públicas;

II – **Segurança da informação:** adoção de práticas e mecanismos de proteção contra acessos não autorizados, perda de dados, ataques cibernéticos e demais vulnerabilidades, incluindo rotinas de backup e recuperação;

III – **Manutenção contínua:** realização de manutenções corretivas, preventivas e evolutivas, assegurando a estabilidade do sistema, a correção de falhas e a atualização tecnológica permanente;

IV – **Suporte técnico:** disponibilização de atendimento técnico ágil e eficiente, com prazos compatíveis com a criticidade das demandas, garantindo a rápida resolução de problemas;

V – **Compatibilidade e integração:** manutenção da plena funcionalidade do Portal da Transparência, com observância às exigências dos órgãos de controle e compatibilidade com sistemas utilizados pela Administração Municipal;

VI – **Acessibilidade e usabilidade:** adequação do website às boas práticas de acessibilidade digital, navegação intuitiva e compatibilidade com dispositivos móveis, ampliando o acesso da população às informações;

VII – **Atualização de layout e modernização:** implementação de melhorias visuais e estruturais que promovam maior clareza, organização das informações e melhor experiência do usuário;

VIII – **Conformidade legal:** atendimento às normas vigentes relativas à transparência pública, proteção de dados e demais legislações aplicáveis, garantindo a regularidade institucional do Município.

A definição desses padrões mínimos de qualidade justifica-se pela criticidade dos serviços a serem contratados, os quais impactam diretamente na transparência da gestão pública, no atendimento ao cidadão e na imagem institucional do Município.





Ademais, tais requisitos são indispensáveis para assegurar a vantajosidade da contratação, evitando a prestação de serviços inadequados ou insuficientes, e garantindo que a solução adotada atenda plenamente às necessidades da Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2 Qual deverá ser a duração inicial do contrato?

A duração inicial do contrato deverá ser fixada em **12 (doze) meses**, contados da assinatura do instrumento contratual ou da publicação do extrato, conforme disciplinado no edital.

O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade e mantidas as condições iniciais, observados os limites legais de vigência.

Dessa forma, a duração inicial de 12 meses revela-se técnica, administrativa e orçamentariamente adequada, assegurando estabilidade contratual sem comprometer a flexibilidade necessária à gestão eficiente da frota municipal.

7. Levantamento de Mercado

Será realizado posteriormente, na fase de Solicitação e no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Prestação de serviços de hospedagem do website da prefeitura municipal, do portal transparência, e website do departamento de turismo, com webmail, com manutenção e suporte técnico	Mês	12





02	Remodelação do layout, aparência e menus do website da prefeitura e do website do departamento de turismo	UN	1
----	---	----	---

9. Estimativa do Valor de Contratação

O valor detalhado será elabora na fase de orçamentação e no Termo de Referência.

10. Justificativa Para Parcelamento ou Não da Solução

Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, foi realizada análise quanto à viabilidade de parcelamento do objeto da contratação, considerando-se os princípios da competitividade e da economicidade. Embora o objeto contemple serviços distintos, como a manutenção contínua da hospedagem e suporte técnico do website institucional e do Portal da Transparência, bem como a atualização do layout, verificou-se que tais serviços são tecnicamente interdependentes, recomendando-se sua execução por um único fornecedor.

A unificação da contratação justifica-se pela necessidade de integração técnica, responsabilização única, maior eficiência na gestão contratual e redução de riscos operacionais, além de garantir continuidade e padronização dos serviços. Dessa forma, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a alternativa mais adequada sob o ponto de vista técnico e operacional, não configurando restrição à competitividade, mas sim medida necessária para assegurar a eficiência, a segurança e a adequada execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Para esta solução, não há contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.





12. Alinhamento Entre a Contratação e o Planejamento

Não está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA, pelo motivo de que ele ainda não foi implantado no município. Porém, a contratação se faz necessária conforme as justificativas do item 4 deste ETP.

13. Resultados Pretendidos

A presente contratação tem como finalidade assegurar a continuidade, a eficiência e a modernização dos serviços digitais prestados pelo Município, especialmente no que se refere ao website institucional e ao Portal da Transparência. Busca-se garantir a disponibilidade contínua dessas plataformas, evitando interrupções e assegurando o acesso da população às informações públicas, além de promover maior transparência por meio de conteúdos organizados, acessíveis e em conformidade com as exigências legais.

Também se pretende modernizar a interface e a experiência do usuário, tornando o website mais intuitivo, acessível e compatível com dispositivos móveis, ao mesmo tempo em que se aprimora a segurança da informação, reduzindo riscos de falhas técnicas e ataques cibernéticos. A contratação visa ainda garantir maior agilidade no suporte técnico, com respostas mais rápidas às demandas da Administração e maior estabilidade dos serviços prestados.

Por fim, busca-se assegurar a conformidade com as normas legais, promover maior eficiência administrativa e fortalecer a comunicação institucional entre o Município e os cidadãos. Dessa forma, a contratação contribui para a evolução contínua da plataforma digital, alinhando-se aos princípios da eficiência, da transparência e do interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na legislação municipal aplicável.

14. Providências a Serem Adotadas

Para esta solução não há necessidade de ajustes nas instalações do órgão ou fornecimento de serviço adicional para que a contratação surta seus efeitos.





15. Possíveis Impactos Ambientais

A presente contratação, por tratar-se de prestação de serviços de natureza predominantemente digital, relacionados à manutenção, hospedagem e modernização do website institucional e do Portal da Transparência, apresenta impactos ambientais diretos reduzidos.

Os eventuais impactos ambientais associados à contratação são indiretos, destacando-se:

I – **Consumo de energia elétrica:** decorrente da utilização de servidores para hospedagem do website e operação dos sistemas;

II – **Uso de infraestrutura tecnológica:** incluindo equipamentos e data centers necessários à prestação do serviço;

III – **Geração indireta de resíduos eletrônicos:** relacionada à cadeia de produção e manutenção de equipamentos tecnológicos utilizados pelos prestadores de serviço.

Entretanto, tais impactos são considerados de baixa relevância ambiental, especialmente quando comparados a contratações que envolvem fornecimento de bens ou execução de obras.

Como medida mitigadora, recomenda-se que a contratada adote boas práticas de sustentabilidade, tais como:

I – utilização de infraestrutura de hospedagem com eficiência energética;
II – adoção de tecnologias que otimizem o uso de recursos computacionais;
III – priorização de processos digitais, reduzindo a necessidade de impressão de documentos;

IV – descarte adequado de resíduos eletrônicos, quando aplicável.

Dessa forma, conclui-se que a contratação não acarreta impactos ambientais significativos, sendo compatível com os princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade ambiental previstos na legislação vigente, incluindo a Lei Federal nº 14.133/2021.

16. Fonte de Recurso

Administração – Livre





17. Viabilidade da Contratação

Este servidor declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.



Nome: Alan Luiz Griebeler
CPF: ***.307.059-**

Assinado com certificado digital avançado

Alan Luiz Griebeler
Responsável pelo ETP

Documento assinado digitalmente em 18/03/2026 15:11:31
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/mcvfy> para
verificar a autenticidade.

